

10 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

# TJ nega habeas corpus a delatores da Publicano

O auditor Luiz Antonio de Souza e a irmã Rosângela de Souza Semprebom, também auditora da Receita, tiveram o pedido de liberdade negado pela Justiça

## PUBLICANO

Justiça nega liminar em habeas corpus e mantém preso principal delator do esquema de sonegação e propinas na Receita Estadual

**Larlane Comeli**

Reportagem Local

A juíza substituta em segundo grau do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Simone Cherem de Melo, negou liminar em habeas corpus e manteve a prisão do auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano, que apura esquema milionário de sonegação fiscal e cobrança de propina na Receita Estadual de Londrina.

Souza foi preso em flagrante em 13 de janeiro de 2015, ao ser flagrado com uma adolescente em um motel, e não deixou mais a cadeia. Em março daquele ano, foi implicado na Publicano e, em maio, firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público (MP), pelo qual se comprometia revelar todos os detalhes da suposta organização criminosa incrustada no órgão fazendário, e teria como benefício a possibilidade de sair do regime fechado (para a prisão domiciliar) em

30 de junho deste ano.

Porém, acusado de praticar novos crimes na Operação Publicano 5, em maio deste ano, os benefícios de seu acordo de colaboração premiada foram rescindidos, a pedido do MP, pelos juízes que o haviam homologado: Juliano Nanuncio, da 3ª Vara Criminal, onde tramitam os processos sobre corrupção na Receita; e Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal, na qual estão as denúncias de crimes sexuais. Segundo o MP, de dentro da cadeia, Souza, com a ajuda de pessoas próximas, de familiares e de presidiários, o delator conseguiu extorquir empresários.

Em decisão proferida no último dia 4, a relatora Simone Melo considerou que faltaram documentos no pedido de habeas corpus, como a decisão de Nanuncio, que rescindiu o acordo, já que a defesa apenas juntou cópia da decisão da 6ª Vara Criminal. "Isso porque a imprensa estadual amplamente divulgou que o acordo também fora dissolvido no juízo da 3ª Vara Criminal o que obsta a análise do caso tão somente com base no posicionamento da julgadora supracitada", escreveu a juíza substituta do TJ.

O advogado Eduardo Duarte Ferreira disse que já era esperada a negativa da liminar. O TJ ainda deverá julgar o mérito.

## DELATORA

Também permanece presa a auditora Rosângela de Souza Semprebom, irmã de Luiz Antonio e delatora. Até a Publicano 5, ela estava em liberdade, mas, sua prisão foi decretada novamente em razão do envolvimento nos supostos crimes de extorsão. Em favor dela, foi impetrado habeas corpus pelo escritório de Alessandro Silvério, de Curitiba, e negado pelo desembargador Laertes Ferreira Gomes, em 27 de junho.

Em seu voto, o relator considerou plenamente demonstrados os requisitos para a prisão preventiva e discorreu longamente sobre os crimes do colarinho branco, já que tais delitos "atingem a toda coletividade". "O respeito ao Estado de Direito demanda medida severa, e, havendo fundada razão diante das circunstâncias concretas, mostra-se inevitável a adoção de medidas amargas que cessem a cadeia delitiva e sirvam de referência aos que tratam com desprezo às instituições públicas, sempre acreditando na impunidade."

**CONTINUA**

10 AGO 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Sobre o envolvimento de Rosângela, anotou que "é patente assim que a paciente envolvida neste complexo esquema de desvio de dinheiro público e pagamentos indevidos, perpetrado pela organização criminosa que integrava, formada por auditores fiscais da Receita Estadual de Londrina, juntamente com empresários".

Também seguem presos, em razão da Publicano 5, dois empresários do setor de abate de suínos que teriam aderido ao esquema criminoso de sonegação fiscal e cobrança de propina.

10 AGO 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Camargo segue no TJ**

Em decisão proferida no último dia 3, o ministro Gilmar Mendes cassou a liminar concedida anteriormente ao conselho do Tribunal de Contas (TC) do Paraná Fábio Camargo e negou seguimento à Reclamação impetrada por sua defesa. A intenção da medida era impedir o afastamento do conselheiro. Porém, a decisão não tem efeito prático, uma vez que liminar do ministro Ricardo Lewandowski, que mantém o ex-deputado no cargo, segue valendo. O entendimento do STF é de que apenas uma decisão com trânsito em julgado pode afastar com conselheiro de Tribunal de Contas, que tem cargo vitalício.

#### **Sem efeito prático**

Em maio, o Órgão Especial do TJ do Paraná determinou a anulação do processo eleitoral que escolheu o ex-deputado. A eleição foi realizada em 2013 e o administrador de empresas Max Schrappe, que era um dos concorrentes à vaga, alegou que Camargo não apresentou dos documentos exigidos na inscrição. “Essa nova decisão do STF não tem efeito prático”, assegura o advogado de Schrappe, Gustavo Sartor de Oliveira.

## MAZZA

#### **Contra marcha**

Divulgou-se ontem que o ministro Gilmar Mendes teria anulado liminar que beneficiava Fábio Camargo, retomando a orientação do TJ, mas que não teria efeito porque havia entendimento do ministro Celso de Mello já assumido em sentido contrário. Várias marchas e contramarchas marcaram o histórico da eleição e nomeação de Fábio Camargo à época filho do presidente do TJ, Clayton Camargo, que tramitaram inclusive no Conselho Nacional de Justiça. Clayton foi afastado da condição de desembargador e a retomou também por decisão judicial. Há, além disso procedimento no CNJ contra o desembargador Clayton.

Enfim uma evidência do contorcionismo jurídico oposto à linearidade observada na Lava Jato que ontem em sua 31ª fase enquadrava pelo Ministério Público Federal quinze pessoas por chunchos praticados na construção do Centro de Pesquisas da Petrobras, superfaturado como sempre em respeito à praxe.

A propósito de vaga no Tribunal de Contas: a Justiça considerou correta a designação de Maurício Requião enquanto o irmão governava e a entendeu em sentido contrário quando Beto Richa estava no governo e tinha indicado para o posto o conselheiro Ivan Bonilha. Por sinal que Maurício tem o seu pleito no cipoal das indecisões judiciárias. Como falar seriamente em segurança jurídica!

1 0 AGO 2016

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Adeus, Edésio Passos

Um dos maiores advogados trabalhistas do Brasil, Edésio Franco Passos, faleceu ontem em Florianópolis. Originário de Tomazina e com passagem em Londrina, foi um dos fundadores do PT nacional e do paranaense como membro de primeira linha. Combativo, desde a Universidade Federal em que se formou em Direito e sempre destacado em sua atividade acadêmica e de proselitismo político, também se projetou na militância sindical como elemento chave e secretário do órgão diretivo dos jornalistas.

Estivemos em várias ações juntos como na greve geral de jornais em 1963, quem a propôs em assembleia unitária de jornalistas e gráficos fui eu na sede do sindicato dos bancários, e de 64 em diante respondemos processo na Auditoria de Guerra com os companheiros do "Última Hora". Tanto na rotina sindical quanto no envolvimento da greve, lembro do momento em que fomos ao jornal "Diário do Paraná", que furara a parede, para demover os resistentes, do seu choque com a Polícia Militar e aos quais apelava por sua origem social, a do trabalho, para não reprimirem e isso em postura de confronto, conquanto tentando a persuasão.

Foi candidato na fase mais experimental do petismo a prefeito de Curitiba e senador e figurava na diretoria da Itaipu, na qual participara também como conselheiro. Na minha trajetória sindical tive dois paradigmas como secretário faz-tudo do sindicato, ele e o também falecido Arnaldo Alves Cruz: batiam escanteio e faziam gol de cabeça de atas de reuniões a mobilizações em congressos e assembleias. A generosidade colocada a serviço da causa, algo que não se perde no tempo para aqueles que o viveram.

10 AGO 2016

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Moro liberta executivo**

O juiz federal Sérgio Moro mandou soltar o executivo Marcos Reis, preso na Operação Resto Um, 33ª fase da Lava Jato. O magistrado estabeleceu três medidas cautelares: obrigação de comparecimento a todos os atos do processo, inclusive por intimação por telefone, entrega de todos os passaportes no prazo máximo de três dias e proibição de deixar o país até nova deliberação judicial.

#### **Cabeça do 'caixa dois'**

A Resto Um foi deflagrada no dia 3 de agosto. Marcos Reis estava no exterior e se apresentou à Polícia Federal, em Curitiba, dois dias depois. O executivo era diretor financeiro do Consórcio Quip, integrado pelas empreiteiras UTC, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa. Segundo a investigação, o executivo foi o responsável por montar o "caixa dois" da Quip no exterior, tendo buscado auxílio do suíço Stephan Mueller. O consórcio teria pago propina a executivos da Diretoria de Serviços da Petrobras sobre contratações da plataforma P-53. O dono da UTC, Ricardo Pessoa, e o ex-diretor financeiro da empreiteira, Walmir Pinheiro, delataram pagamento de propina. A plataforma P-53 apareceu ainda na tabela de propinas do ex-gerente executivo da estatal Pedro Barusco.

10 AGO 2016

# FOLHA DE S. PAULO

# Proibir protesto é censura, diz ministro do Supremo

Rio-2016 vai recorrer de liminar que liberou  
manifestações políticas nos Jogos

**GABRIEL MASCARENHAS**  
DE BRASÍLIA  
**CAMILA MATTOSO**  
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio de Mello classificou como censura a proibição de determinadas manifestações nas arenas da Olimpíada do Rio de Janeiro, exigência feita pelo COI (Comitê Olímpico Internacional).

Na segunda (8), um juiz federal do Rio de Janeiro proferiu uma decisão liminar (provisória) em que libera manifestações políticas “pacíficas” nos locais de competição e veda a repressão e retirada de quem protestar. A Força Nacional vinha coibindo a práticas durante os Jogos, inclusive com a retirada de pessoas dos estádios.

No sábado (6), por exemplo, a PM de Minas retirou 12 torcedores das cadeiras do Mineirão que exibiam cartazes de “fora, Temer” durante partida entre EUA e França, pelo torneio feminino de futebol.

O Comitê Organizador Rio-2016 disse que vai recorrer da liminar do juiz João Augusto Carneiro Araújo, para quem a lei aprovada neste ano que trata das medidas relativas à Olimpíada no Brasil não proíbe “a manifestação pacífica

de cunho político através de cartazes, uso de camisetas e de outros meios lícitos nos locais oficiais dos Jogos”.

Marco Aurélio saiu em defesa do magistrado fluminense. “Sou a favor da liberdade de expressão. Qualquer proibição nesse campo é censura. Estamos indo bem no que o colega deu uma liminar para afastar na retirada das pessoas que eventualmente levantem placa neste ou naquele sentido”, explicou.

O também ministro do STF Gilmar Mendes preferiu não explicitar se considera a exigência inconstitucional. Ele disse compreender os limites impostos relativos à segurança, mas defendeu a possibilidade de a torcida protestar pacificamente.

“A mim, parece que se justifica que alguém não possa colocar um cartaz que tenha uma madeira porque daqui a pouco estará ofendendo a integridade física de outro, mas uma manifestação escrita numa camisa, ou coisa do tipo, não faz sentido que alguém determine que o seu portador tenha que retirá-la.”

## DIVERGÊNCIA

Especialistas em direito divergem sobre o tema. A principal discussão é se a Lei da Olimpíada se sobrepõe ou não à Constituição.

Presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Claudio Lamachia classifica como “justa e adequada” a vedação a protestos políticos. Ele lembrou, no entanto, que as manifestações não justificam prisões.

“Não me parece correto prender pessoas só porque elas se manifestam por meio de cartazes ou qualquer outra forma pacífica” disse.

“Não há nenhum problema com a lei olímpica, ela não fere a Constituição. Quando há dois direitos que podem concorrer, prevalece o de interesse coletivo. Nesse caso, liberar manifestações, no entendimento do governo, poderia gerar brigas e prejudicar a segurança pública. A lei é clara ao autorizar apenas manifestações esportivas durante os Jogos”, afirmou o advogado especialista em direito desportivo André Sica.

**CONTINUA**

# 10 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Já para Carlos Ambiel, especialista em direito desportivo, a proibição de torcedores portarem cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas durante os Jogos Olímpicos “precisa ser interpretada de forma restritiva, aplicando-se apenas se a manifestação tiver caráter discriminatório, racista ou xenófobo”.

Segundo Ambiel, eventuais cartazes com críticas a entidades organizadoras ou pessoas, inclusive de natureza política, não podem ser proibidas, sob pena de afronta à plena liberdade de manifestação e expressão, previstas na Constituição.

### CARTAZES

Torcedores aproveitaram a liminar para se manifestar, nesta terça (9). Um cartaz foi mostrado na arquibancada da Arena Olímpica do Rio, durante a final por equipes da ginástica feminina.

No judô, um casal levou uma mensagem em um papel: “Golpe só de judô”, com a hashtag “Fora, Temer”.

### PERGUNTAS & RESPOSTAS

#### Por que os organizadores dos Jogos estão proibindo manifestações políticas?

Em maio, foi sancionada, ainda pela presidente Dilma Rousseff, a Lei da Olimpíada. O COI (Comitê Olímpico Internacional) e o comitê organizador da Rio-2016 utilizam artigos desta lei para vetar a entrada de cartazes de cunho político. Há ainda regulamento interno dos Jogos, que dispõe sobre isso.

#### O que diz a lei?

O artigo 28 da Lei da Olimpíada proíbe nas arenas “portar ou ostentar cartazes [...] com mensagens ofensivas, de caráter racista ou xenófobo ou que estimulem outras formas de discriminação; [...] utilizar bandeiras para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável”. No parágrafo seguinte, “é ressalvado o direito constitucional ao livre exercício de manifestação”.

#### A lei não fala de manifestações políticas. Por que elas estão sendo vetadas mesmo assim?

Para os comitês, levantar faixas políticas não são amigáveis, podem promover a segregação e vão contra o espírito olímpico.

#### Mas a Constituição não diz que todos são livres para se manifestar?

Sim. Por isso há uma discussão jurídica sobre o tema. Há especialistas que concordam com a posição dos comitês e há quem discorde. Cada um interpreta a lei de uma forma.

#### O que diz o regulamento específico da Olimpíada?

Ele proíbe acesso às arenas com “qualquer item que possa ser utilizado para realização de protestos”. Nos ingressos dos Jogos está escrito que o espectador deve concordar com esse regulamento.

10 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Fora, censura

Suscita repulsa geral a proibição de que torcedores ostentem bandeiras, faixas, cartazes e outros objetos contendo mensagens de cunho político nos locais de competições da Olimpíada do Rio.

Não poderia ser diferente. A fim de manter as arenas “limpas” e proteger os patrocinadores e o espírito do evento, conforme explicação infeliz do diretor de comunicação da Rio-2016, agentes de segurança pisotearam direitos individuais plenamente garantidos na Constituição.

Tal abuso, felizmente, foi rechaçado pela Justiça Federal do Rio. Em decisão liminar proferida na segunda (8), o juiz João Augusto Araújo considerou a proibição uma “afrenta ao núcleo inviolável do direito à liberdade de expressão” e determinou que fossem permitidas manifestações pacíficas.

No sábado, um homem com um cartaz contrário ao presidente interino, Michel Temer (PMDB), foi retirado do Sambódromo durante uma prova de tiro. Em Belo Horizonte, no mesmo dia, torcedores foram expulsos de uma partida de futebol feminino —usavam camisas com letras que, juntas, formavam a frase “Fora Temer”.

Forças de segurança e organizadores se escudam na Lei da Olimpíada, editada em maio, para justificar a ação repressora. Em seu ar-

tigo 28, o diploma determina que entre “as condições de acesso e permanência nos locais” dos Jogos está a de não “utilizar bandeiras para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável”.

Os mesmos dispositivos legais, vale dizer, também constavam da Lei da Copa; em 2014, ao analisar sua constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal a considerou compatível com a Lei Maior.

A despeito do entendimento do STF de que o texto em si não afronta direitos fundamentais, a aplicação abusiva da lei nos locais de provas restringe, como assinalou o juiz do Rio, garantias individuais da Constituição de 1988.

A proibição extrapola, e muito, os limites para ação de torcedores previstos na própria Lei da Olimpíada. Mensagens racistas ou xenófobas destoariam dos Jogos, em qualquer local, e não só nas arenas. Além disso, protestos que comprometam a realização de um evento, como um torcedor que seguidamente atrapalhe uma disputa, devem ser —e são— coibidos.

Fora disso, a proibição configura um ataque à liberdade de expressão e ao direito de manifestação.

O comitê Rio-2016 afirmou que irá recorrer da liminar. Só se pode esperar da Justiça Federal fluminense que se mantenha ativa e repila de vez esse arroubo autoritário.

10 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Lewandowski assume rito, e senadores controlam ânimos

DE BRASÍLIA

A presença do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, no comando da votação prévia do impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, apaziguou os ânimos dos senadores na sessão que deve tornar a petista ré.

“Não sei se Vossa Excelência está acostumada a esse tipo de ambiente. É lamentável”, afirmou Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), ao ser interrompida por colegas favoráveis ao impeachment durante os questionamentos que antecederam os debates.

Apesar de alguns momentos de bate-boca, os próprios congressistas admitiram que foram mais comedidos em suas intervenções por estarem diante de alguém que não é do convívio diário.

Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a figura do presidente do STF “impõe mais respeito”. Colegas que estavam gritando e a acusando de fazer “chicana”, por exemplo, estão ouvindo mais.

Lewandowski pediu que os senadores votassem com “coragem e independência”, “pautando-se exclusivamente pelos ditames das respectivas consciências e pelas normas constitucionais e legais que regem a matéria”.

A sessão para votar o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável à condenação de Dilma, começou às 9h44 e teve seu início marcado por questionamentos feitos por aliados da petista.

Lewandowski rejeitou dois

deles, que pediam a suspensão do processo sob o argumento de que primeiro é preciso esclarecer a delação premiada do empreiteiro Marcelo Odebrecht. Segundo a revista “Veja”, ele afirmou ter repassado R\$ 10 milhões em dinheiro para o PMDB em 2014 a pedido de Temer.

Em seguida, os senadores iniciaram os discursos. Até às 19h30, 47 senadores estavam inscritos para falar — 28 já haviam falado, 17 a favor do impeachment e 11 contrários.

A base aliada tentou acelerar as falas para viabilizar a conclusão da sessão ainda nesta terça (9). Dessa forma, alguns deles retiraram suas inscrições — no início da sessão, eram 55 inscritos.

Durante os discursos, os aliados de Temer afirmaram que os crimes cometidos por Dilma estão comprovados e apontaram melhorias que, de acordo com eles, aconteceram no país após o afastamento da petista.

Já os aliados da petista voltaram a dizer que a fase processual não conseguiu provar que Dilma cometeu crimes. (MARIANA HAUBERT, DÉBORA ÁLVARES E DANIELA LIMA)

“ Não sei se Vossa Excelência está acostumada a esse tipo de ambiente. É lamentável

VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B-AM) senadora contrária ao impeachment, dirigindo-se a Lewandowski após ser interrompida por colegas

10 AGO 2016

# FOLHA DE S. PAULO

## Supremo libera Russomanno para disputar eleição em SP

Por 3 votos a 2, turma da corte absolve  
líder nas pesquisas para prefeito

**Deputado federal era  
acusado de ter uma  
assessora de gabinete  
trabalhando em sua  
produtora em São Paulo**

**GABRIEL MASCARENHAS**  
DE BRASÍLIA

Líder na corrida à Prefeitura de São Paulo, Celso Russomanno (PRB) foi absolvido nesta terça (9) pelo Supremo Tribunal Federal da acusação de desvio de dinheiro público e, com isso, está livre para disputar a eleição de outubro.

Por 3 votos a 2, a segunda turma do tribunal entendeu não ter havido conduta criminosa na atuação do deputado e apresentador de TV, condenado na Justiça federal em 2014 sob a acusação de usar dinheiro da Câmara para remunerar uma assessora de sua produtora de vídeo.

Dos cinco ministros que compõem o colegiado, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello entenderam que a prática não configura crime de peculato, ou seja, desvio de dinheiro público.

Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia votou pela condenação do parlamentar, assim como Teori Zavascki.

Com a decisão, Russomanno se livra de ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa.

Embora seja uma medida pouco comum, a Procuradoria-Geral da República pode entrar com recurso na própria turma do STF para esclarecer omissões da decisão. Mas as chances de reversão são consideradas mínimas.

A decisão do STF tem potencial de impacto em todas as candidaturas em São Paulo, já que o deputado do PRB lidera com folga as pesquisas de intenção de voto.

De acordo com o último levantamento do Datafolha, realizado em 12 e 13 de julho, Russomanno tem 25% das intenções de voto no principal cenário testado, nove à frente da segunda colocada, Marta Suplicy (PMDB), com 16%.

Sem Russomanno, a primeira beneficiada seria Marta, que atingiu 21% num cenário sem o candidato do PRB. O tucano João Doria também tinha expectativa de herdar uma parte dos votos dele, especialmente dos que rejeitam o PT.

Russomanno era acusado de bancar com dinheiro da Câmara o salário da ex-gerente de sua produtora de vídeo Sandra de Jesus.

Na Justiça Federal, ele foi condenado a dois anos e dois meses de prisão (convertidos em penas alternativas) em fevereiro de 2014.

A condenação havia sido na primeira instância porque, à época, ele estava sem mandato. Russomanno recorreu. Em 2015, ao assumir a cadeira de deputado, o recurso subiu para o STF, por causa do foro privilegiado.

Na avaliação de Toffoli, Mendes e Mello, as provas indicam que a funcionária exerceu funções na empresa do deputado quando já estava vinculada à Câmara. Eles argumentam, porém, que ela também desempenhava tarefas de assessora parlamentar.

“Peculato é a apropriação ou desvio em proveito próprio ou alheio. Não admite-se peculato quando o agente público utiliza mão de obra pública, inexistindo a figura do peculato de serviço. Não há crime sem lei anterior que o defina”, afirmou Mello.

A funcionária foi contratada pela Câmara logo após ser demitida da empresa de Russomanno. Ela era encarregada de fazer o atendimento aos eleitores que procuravam o deputado, cuja bandeira é a defesa dos consumidores.

A investigação mostrou que Sandra assinou documentos como representante da produtora.

**CONTINUA**

**10 AGO 2016**

**FOLHA DE S. PAULO**

**CONTINUAÇÃO**

“A prova demonstra que Sandra, de fato, exerceu atribuições inerentes ao cargo na Câmara, ainda que tenha desempenhado outras funções. A questão nevrálgica é o que se entende pela função de secretário parlamentar. Se ela praticou atos de assessora parlamentar, fica desnaturado o ato de peculato”, argumentou Toffoli.

Vencida no julgamento, Carmén Lúcia disse estar claro que Russomanno viabilizou a contratação de Sandra na Câmara antes de a funcionária se desligar da produtora. “Aparentemente despedida, permaneceu nas mesmas funções e na mesma empresa do deputado. A atividade de secretário parlamentar, para o qual foi contratada exige dedicação exclusiva, não é permitida a concomitância com outra atividade particular ou pública”, sustentou.

**CONTINUA**

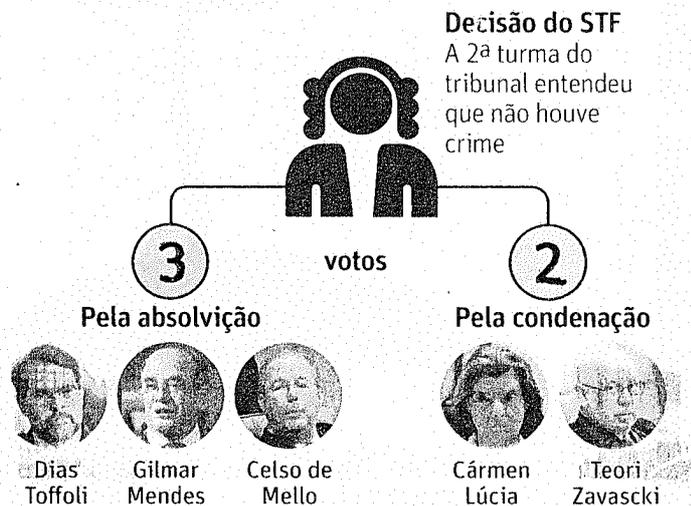
# 10 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

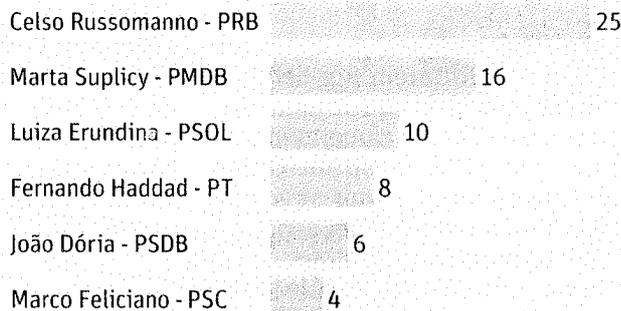
#### FATOR RUSSOMANNO

Deputado é absolvido no STF e poderá concorrer

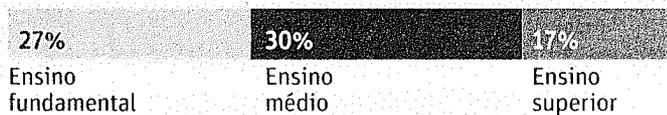


#### INTENÇÃO DE VOTO NO DATAFOLHA, EM %

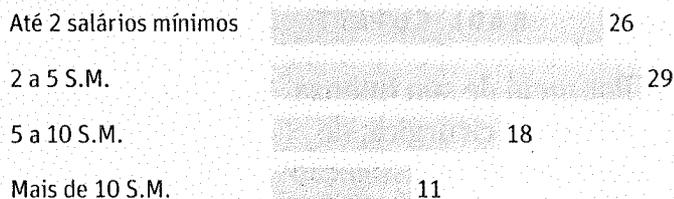
Resposta estimulada sobre o 1º turno para a Prefeitura de SP\*



#### PERFIL DO ELEITORADO DE RUSSOMANNO



#### RENDA FAMILIAR



\*Outros: Andrea Matarazzo (PSD, que depois da pesquisa anunciou ser vice de Marta), 3%; Levy Fidelix (PRTB), 2%; Major Olímpio (SD), 2%; Marlene Campos Machado (PTB), 1%; Ricardo Young (Rede), 1%. Branco / nulo / nenhum: 19%. Não sabe: 4%

Fonte: Pesquisa Datafolha com 1.092 pessoas nos dias 12 e 13 de julho; margem de erro máxima é de três pontos percentuais para mais ou para menos

## Justiça foi feita e foco é eleição, diz candidato

DE SÃO PAULO

Candidato à Prefeitura de São Paulo, o deputado federal Celso Russomanno (PRB-SP), afirmou em nota que sua absolvição da acusação de peculato pelo STF (Supremo Tribunal Federal) confirmou as expectativas.

“A justiça foi feita”, disse. “Agora, nossas energias estão todas voltadas para as eleições de outubro. São Paulo é uma cidade grande, com muitos desafios a serem superados.”

A direção nacional do PRB afirmou que confiava na absolvição, apesar de articular o nome de Robson Tuma como plano B, já que uma condenação poderia deixar Russomanno inelegível segundo a Lei da Ficha Limpa.

“Confiando na inocência do Russomanno e na Justiça, a gente sempre imaginou que ele seria o candidato”, afirmou o presidente interino do PRB, senador Eduardo Lopes.

Lopes admite a possibilidade de adversários usarem a decisão não unânime para atacar Russomanno, mas minimiza o efeito.

O professor de ciência política da USP Glauco Pires da Silva concorda que o caso será usado contra Russomanno e já prejudicou suas alianças. “Muitos partidos resolveram não arriscar apoiando ele, reduzindo o tempo na TV”, diz.

João Dória (PSDB) afirmou que contava com Russomanno na disputa. Os demais candidatos não se manifestaram.

10 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

# Justiça proíbe gestão Haddad de usar verba de multas para CET

Prefeitura tem agora 60 dias para deixar de utilizar os recursos

**PAULO GOMES**  
DE SÃO PAULO

A Justiça de São Paulo decidiu, nesta terça-feira (9), que a gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) terá que deixar de utilizar as verbas arrecadadas com multas para custos operacionais da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego). A Prefeitura de São Paulo irá recorrer.

Proposta pelo Ministério Público, a ação acusou o prefeito, o secretário dos Transportes e presidente da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) Jilmar Tatto, o ex-secretário de Finanças, Marcos Cruz, e o atual chefe da pasta, Rogério Ceron de Oliveira de terem aumentado consideravelmente o número

de radares pela cidade para conseguir maior arrecadação.

A prefeitura tem agora 60 dias para deixar de utilizar o Fundo Municipal do Desenvolvimento de Trânsito de São Paulo para o pagamento de despesas operacionais e de custeio da CET, "inclusive folha de pagamento dos respectivos funcionários", conforme a decisão liminar da juíza Carmen Cristina F. Teixeira e Oliveira.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o dinheiro arrecadado com multas deve ser empregado exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

O emprego dessa verba na

construção de terminais de ônibus e de ciclovias –apontado como “desvio” na ação–, no entanto, não foi encarado como um problema pela juíza, por considerar que ambos os casos se enquadram em “engenharia de tráfego”.

### OUTRO LADO

Em nota, a Prefeitura de São Paulo indicou que deve recorrer. “Trata-se de mais do mesmo. A mesma ação, do mesmo promotor. A prefeitura vai apresentar sua defesa”.

Um dos promotores responsável pela ação, Marcelo Camargo Milani, já foi alvo de recurso de Haddad na Corregedoria do Ministério Público por, segundo o prefeito, ter cometido “ação contraditória” em casos similares.

1 0 AGO 2016

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça permite que ex-morador entre em Bento Rodrigues (MG)

JOSÉ MARQUES  
DE BELO HORIZONTE

Um acordo homologado pela Justiça permitirá que os antigos moradores de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana (MG) soterrado pela lama de rejeitos minerais da empresa Samarco, acessem o vilarejo mesmo sem autorização prévia.

A entrada será permitida às quartas-feiras, sábados e domingos, das 8h às 18h, para ex-residentes que passarem por um treinamento da Defesa Civil municipal.

Também será liberada a celebração de festas populares na região atingida após combinação prévia com a Samarco e a Defesa Civil. Os antigos moradores planejam comemorar ali os dias de Nossa Senhora das Mercês, Aparecida e Finados.

Atualmente, eles precisam

da autorização dessas duas instituições para chegar a Bento Rodrigues. Segundo o promotor Guilherme Meneghin, porém, a mineradora colocou "reiteradamente empecilhos" a esse acesso.

#### VILA EM RUÍNAS

Como a **Folha** reportou, no último mês as pessoas passaram a ocupar o vilarejo destruído, com ou sem permissão, para realizar missas, funerais e festejos.

Na área atingida, ainda estão casas inteiras e em pedaços, além das antigas ruas e ruínas de sítios históricos do século 18. Há inclusive um processo de tombamento na região iniciado pelo Conselho Cultural de Mariana.

O acordo para liberar a entrada no local foi assinado na última quinta-feira, dia 4 de agosto, e divulgado pelo Ministério Público de Minas Ge-

rais nesta terça (9).

O acesso a Bento Rodrigues será regulamentado por um decreto da Prefeitura de Mariana, que deve ser publicado até o início de setembro.

A Samarco se comprometeu a manter a segurança e o controle na entrada e saída da área e também terá que apresentar, ainda neste mês, um projeto de ponte e guarita no local.

#### SITUAÇÃO PROVISÓRIA

O acesso a Bento Rodrigues é válido enquanto não houver definição do que será feito com o terreno.

Os moradores que perderam as casas vivem, provisoriamente, em imóveis alugados pela Samarco e serão transferidos para uma nova vila, que será construída pela mineradora.

O rompimento da barragem da empresa, cujas donas são a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, deixou 19 pessoas mortas em novembro do ano passado e poluiu o rio Doce até a sua foz, no Espírito Santo.

10 AGO 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Fábio Camargo continuará afastado do Tribunal de Contas



Camargo continua com o cargo, mas afastado do tribunal

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) à reclamação ajuizada por Fábio de Souza Camargo contra decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que determinou seu afastamento do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

Na Reclamação, o conselheiro afastado alegou que a decisão do TJ-PR teria violado o acórdão do Supremo em medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4190, a Súmula 42, do STF; bem como à decisão proferida pela Presidência da Corte na Suspensão de Segurança (SS) 3024. Na sua decisão, o ministro Gilmar Mendes salientou que, “sem decretar-lhe a perda do cargo, não se vislumbra ofensa à garantia da autoridade de decisão proferida por esta Corte, a dar ensejo ao provimento da presente reclamação”. ■

# JORNAL DO ÔNIBUS



10 AGO 2016

## Morre o advogado e ex-deputado Edésio Passos



Morreu na manhã desta terça-feira (9) em Florianópolis (SC) o advogado trabalhista e ex-deputado federal Edésio Passos, um dos fundadores do PT no Paraná. Militante histórico do partido no Paraná, Passos nasceu em Tomazina, no interior do estado, e tinha 77 anos.

Passos foi o primeiro candidato a prefeito pelo PT em Curitiba, em 1985. Depois, foi deputado federal entre 1991 e 1994. Em 2002, disputou o Senado.

A militância começou cedo, no movimento estudantil. Entrou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1957 e se formou em 1961. Trabalhou como repórter em Curitiba e ajudou a consolidar o Sindicato dos Jornalistas do Paraná, fazendo parte da diretoria eleita em 1961. ■

10 AGO 2016

## JORNAL DO ÔNIBUS



### MP quer tornozeleira para acusado de matar fisiculturista

O Ministério Público do Paraná fez um pedido ao Juizado da Violência Doméstica contra a Mulher para que o médico Raphael Suss Marques passe a ser monitorado com tornozeleira eletrônica. O motivo, segundo o MP-PR, é que Marques estaria descumprindo as medidas cautelares impostas para que fosse libertado, como voltar para a casa até às 21 horas. O médico é acusado de matar a namorada Renata Muggiati em setembro do ano passado, encontrada morta após cair do 31º andar de um prédio no centro de Curitiba. Marques chegou a ser preso por seis dias, mas responde ao processo em liberdade desde janeiro.

Para embasar o pedido do uso de tornozeleira eletrônica, o MP-PR apresentou imagens do circuito interno de câmeras de uma churrascaria que mostram Marques entrando no local às 22 horas e saindo às 23h53. Os promotores afirmam que o monitoramento visa principalmente o cumprimento das medidas cautelares e colocam no pedido que, em caso de novo descumprimento, seja decretada a prisão preventiva do suspeito. ■

### Lei Maria da Penha ainda busca um país menos violento

O Brasil comemora neste mês os dez anos da Lei Maria da Penha, criada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A norma moldou um conjunto de soluções que ajudam as mulheres a reconhecer a situação de violência, denunciar e exigir a punição do agressor. Mas ainda falta muito para que a realidade fique à altura da lei. Uma das mudanças que a legislação buscou promover foi a mentalidade, ainda não totalmente superada, de que a violência dentro de

casa só diz respeito ao casal ou à família. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei 11.340 teve o mérito de trazer a questão para a esfera pública. Por medo ou vergonha, muitas mulheres ainda se calam frente às ameaças e agressões vindas de quem muitas vezes ocupa lugar especial em sua vida afetiva. Agora, com apoio institucional, ficou mais fácil romper com a opressão e construir um futuro diferente. Além disso, qualquer pessoa pode denunciar.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Plano de saúde não pode negar exame pedido por médico, diz STJ

São abusivas as cláusulas contratuais que restringem exames, diagnósticos e internações pedidos por médicos que não sejam conveniados ao plano de saúde do paciente, pois resultam em discriminação. Assim entendeu, por unanimidade, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Diversos paciente de um plano de saúde de MT estavam sendo obrigados a pagar por consultas devido às negativas do convênio.

A controvérsia surgiu depois que um médico procurou o Ministério Público de Mato Grosso alegando que seu paciente, apesar de ter tumor cerebral e necessitar de ressonância nuclear magnética e exames hormonais, estava tendo dificuldade em conseguir as autorizações do plano de saúde para fazer os procedimentos.

O inquérito do MP verificou que outros usuários passaram pelas mesmas dificuldades. Em muitos casos, segundo os testemunhos, os pacientes precisavam pagar o exame ou procurar outro médico somente para prescrever a solicitação.

Em ação pública, o órgão ministerial alegou que a prática é abusiva e ofensiva aos princípios básicos das relações de consumo. Afirmou também que as cláusulas contratuais que negam exames, diagnósticos ou internações, quando as requisições são assinadas por médico não cooperado, constroem o usuário, causando-lhe transtornos e prejuízos desnecessários.

No pedido, além de destacar a propaganda enganosa, pois a cooperativa afirmava estar cumprindo a legislação, solicitou a reparação dos danos causados aos usuários, tanto materiais quanto morais.

10 AGO 2016

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Associação só pode defender seus membros com autorização, diz STJ

As associações dependem de autorização expressa para defender seus associados em juízo, pois essas entidades atuam por representação, não por substituição processual. Assim entendeu a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao reconhecer a ilegitimidade ativa da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) para pedir em juízo indenização em favor de seus associados.

A ANABB ajuizou ação civil pública contra o Banco do Brasil e a Associação de Poupança e Empréstimo (Poupex) para repor as perdas monetárias nas cadernetas de poupança de seus associados. Essa deficiência na paridade de compra ocorreu porque os expurgos inflacionários relativos aos planos econômicos que foram feitos no Brasil não foram pagos.

Em primeiro grau, o juiz extinguiu o processo sem julgar o mérito por entender que a autora não tem legitimidade para defender consumidores em juízo. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal manteve a sentença. Para a corte, o direito dos associados de serem defendidos na ação coletiva deve integrar os fins institucionais da associação.

10 AGO 2016

1 0 AGO 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Servidor público tem direito à lotação que melhor atenda à unidade familiar

A 1ª Turma do TRF1 negou provimento à apelação da União contra a sentença da 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que concedeu a remoção de um servidor do Departamento de Polícia Federal para localidade diferente daquela assumida inicialmente em favor do direito à manutenção da unidade familiar.

Consta nos autos que, antes da posse, o demandante apresentou requerimento para preencher uma vaga existente no Departamento de Polícia Federal em Brasília. O pedido, porém, foi indeferido. Para não perder a nomeação, o requerente assumiu a vaga em outro local, diferente do pretendido. Após a posse, ele reiterou o pedido para ocupar a vaga em Brasília, uma vez que sua mulher, gestante, exercia cargo público nessa

cidade, sem possibilidade de remoção. O novo requerimento foi indeferido, sendo, desta vez, considerado como pedido de remoção e não como de provimento originário.

No recurso, a União alegou que o servidor foi removido antes que completasse o tempo mínimo previsto em edital para a permanência na lotação inicial. E afirmou que, “se tratando de posse (1ª investidura), não seria o caso garantir a unidade familiar, já que tinha ciência de que poderia romper os laços familiares quando prestou o concurso público”.

Conforme o voto do relator, o juiz federal convocado Wagner Mota Alves de Souza, se o pleito inicial tivesse sido respondido imediatamente, o requerente poderia ter optado pela posse ou não.

### Benefício de servidor não pode ser diminuído por lei após admissão

Os benefícios que um servidor público tem não podem ser diminuídos por uma lei posterior ao ingresso no serviço. Trata-se do princípio da inalterabilidade contratual. O entendimento é da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que determinou que o município de Tubarão (SC) pague as diferenças relativas ao valor do auxílio-alimentação de uma auxiliar de enfermagem que foi reduzido por lei municipal.

A servidora contou que foi admitida em 2008 mediante

concurso público para o cargo de auxiliar de enfermagem, recebendo o auxílio-alimentação desde o início, mas que o contrato de trabalho foi alterado em setembro de 2011 pelo município, reduzindo o valor do benefício, trazendo-lhe prejuízo financeiro. Considerando que houve alteração contratual unilateral, o juízo da 1ª Vara do Trabalho de Tubarão condenou o município ao pagamento das diferenças entre o auxílio efetivamente pago e aquele devido desde a alteração contratual.

10 AGO 2016

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Gilmar diz que não vê problema em manifestações nos estádios olímpicos

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, disse ontem que não vê problema no fato de torcedores se manifestarem nos locais de realização dos Jogos Olímpicos 2016.

Em entrevista após palestra no Fórum Abril-Google Liberdade de Expressão, o ministro foi questionado se a liberdade de expressão deve valer também para as arenas dos Jogos Olímpicos. “Com certeza, não vejo nenhum problema. A mim, me parece que só faz sentido essa restrição quando envolve questão de segurança. Um sujeito querer entrar no estádio com faixas que são suportadas em madeira, por exemplo, que daqui a pouco ele pode transformar isso em uma arma contra outras pessoas. Mas proibir a liberdade de expressão não me parece constitucional”, disse.

10 AGO 2016

GAZETA DO POVO

# Governo Temer recua sobre reajuste a servidor estadual

Parte que barrava o reajuste dos servidores estaduais no projeto de renegociação da dívidas do estados foi retirada ontem

● Um dia depois de o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, apresentar proposta que proíbe por dois anos os reajustes ao funcionalismo estadual, o governo Michel Temer decidiu alterar o projeto de renegociação da dívida dos estados para retirar a restrição a reajustes salariais de servidores estaduais.

Foi o segundo recuo do presidente interino, Michel Temer, em relação ao projeto. Na semana passada, já havia sido alterado o trecho que obrigaria alguns governadores a reduzirem o gastos com pessoal para se enquadrarem na Lei de Responsabilidade Fiscal, que seria modificada.

Na última segunda-feira, o governo havia enviado uma proposta que proibia por dois anos a realização de concursos e a concessão de reajustes aos funcionários públicos, e impunha um teto para o aumento das despesas nesse período.

O governo federal também decidiu analisar o pedido dos governadores do Norte e Nordeste, que reivindicam ajuda financeira para apoiar a proposta da renegociação, que beneficia, principalmente, os estados do Sul e Sudeste.

Esse foi o segundo recuo do governo Temer na negociação com os estados.

A oposição do funcionalismo público e de governadores e parlamentares do Norte e Nordeste é o principal entrave à votação do projeto de renegociação da dívida dos Estados, analisado ontem à noite pela Câmara dos Deputados.

Diante da falta de acordo com sua base aliada, o governo pediu ao relator do projeto, deputado Esperidião Amin (PP-SC), que retirasse do texto o trecho que impedia a concessão de reajustes nos próximos dois anos ao funcionalismo estadual.

Para se beneficiar da renegociação, os governadores terão ainda de cumprir outra exigência, limitar o crescimento anual das despesas à variação da inflação pelo mesmo período.

Amin afirmou que não houve recuo por parte do governo, pois o trecho retirado do projeto é o que já está previsto na Constituição, na Lei de Responsabilidade Fiscal e no acordo assinado com os governadores em junho.

Pouco antes de anunciar a mudança, líderes da base aliada afirmaram que o ministro Henrique Meirelles errava ao insistir na restrição ao funcionalismo e que sua posição se devia a uma tentativa de agradar ao mercado, mas que não encontrava respaldo do ponto de vista político.

ELIO GASPARI

A Lava-Jato  
chegou ao PSDB

10 AGO 2016

**A** revelação de que em 2010 a Odebrecht botou R\$ 23 milhões (sem nota fiscal) no caixa da campanha presidencial de José Serra levou a Lava Jato para a porta do PSDB. Há pelo menos dois meses sabia-se que isso aconteceria, assim como se sabe que a OAS repetirá a dose. Nos dois casos, as denúncias só ficarão de pé se vierem acompanhadas de demonstrativos das movimentações financeiras. Vinte e três milhões não eram um trocado. Equivaliam a dez vezes o que a empreiteira declarou oficialmente e a 20% do custo total da campanha estimado pela tesouraria do PSDB semanas antes do pleito.

A colaboração dos empreiteiros poderá trazer de volta ao cenário um personagem que assombrou o tucanato durante a cam-

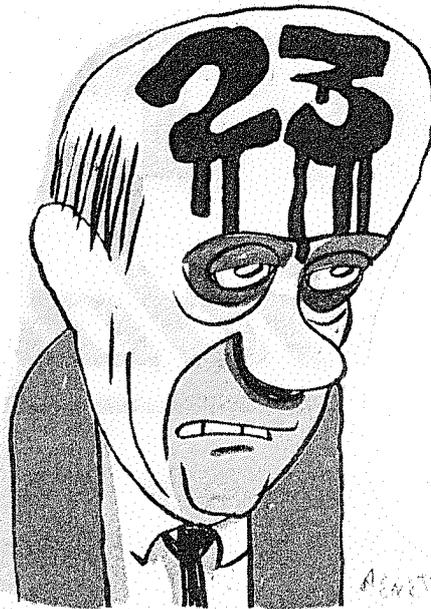
panha de 2010. É Paulo Vieira de Souza, um ex-diretor da Dersa, a estatal paulista de rodovias. Engenheiro respeitado, era um destacado negociador de contratos com empreiteiras. Ele também era conhecido como "Paulo Preto" e foi "cripticamente" mencionado por Dilma Rousseff durante um debate da campanha. No serpentário tucano, acusavam-no de ter sumido com R\$ 4 milhões do partido. Em três ocasiões, a bancada do PSDB evitou que ele depusesse a uma comissão da Assembleia sobre os custos de obras rodoviárias. Vieira de Souza chegou a se queixar dos tucanos "ingratos" e "incompetentes", pois não se deixa "um líder ferido na estrada a troco de nada". A chaga cicatrizou, mas será reaberta se algum executivo de empreiteira mencionar o seu nome na colaboração.

O PSDB governa São Paulo desde 1995 e Geraldo Alckmin é o cidadão que esteve por mais tempo na cadeira de Prudente de Mo-

raes, Campos Salles e Rodrigues Alves. Essa longevidade, mesmo derivando de eleições competitivas, dá ao tucanato uma aura de República Velha, com o inevitável cansaço dos materiais.

Desde 2008, quando a Siemens alemã demitiu o presidente de sua filial brasileira "por grave contravenção das diretrizes" da empresa, as administrações tucanas são perseguidas por denúncias de irregularidades na contratação de serviços e equipamentos em obras de transporte público. A Siemens colaborou com o Ministério Público quando a expressão "delação premiada" ainda era pouco conhecida e fez isso a partir de uma reviravolta na política de sua matriz. Nada a ver com as implicâncias locais, inclusive porque a denúncia veio de

uma reportagem do *The Wall Street Journal*. Procuradores suíços remeteram ao Brasil documentos que comprovavam o pagamento de propinas, e um dos fornecedores de equipamentos, a francesa Alstom, tornou-se sinônimo da própria encrenca. Ela compartilhava os consórcios de obras de linhas do metrô de São Paulo com as empreiteiras Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Segundo o Ministério Público da Suíça, entre 1998 e 2001, a Alstom aspergiu US\$ 34 milhões na burocracia paulista sob a forma de contratos fictícios de consultoria. À primeira vista, esses malfeitos seriam semelhantes, em ponto menor, às petroroubalheiras petistas. O que diferencia as duas investigações é o resultado. Em menos dois anos, a Operação Lava Jato já condenou 57 réus a 680 anos de prisão. A investigação paulista completou oito anos, sem maiores resultados.



10 AGO 2016

## GAZETA DO POVO

### **LavaJato é exceção que confirma regra da impunidade, diz procurador**

● O procurador Deltan Dallagnol, integrante da força-tarefa que investiga o esquema de corrupção na Petrobras, defendeu ontem, em Brasília, que a impunidade seja combatida a todo custo. “Algumas pessoas dizem que a Lava Jato mostra que não é preciso mudar as leis. Não, a Lava Jato é a exceção que confirma a regra da impunidade, a regra no nosso país é a impunidade”, disse, em participação na comissão na Câmara Federal que discute medidas contra a corrupção.

A “máquina trituradora do sistema” faz com que ocorra impunidade em 97% dos casos de corrupção, afirmou Dallagnol, citando um estudo da FGV. “A punição é uma piada.” Falando a um grupo de deputados, o procurador mencionou a impunidade de parlamentares na investigação dos Anões do Orçamento, há mais de 20 anos. “Nenhum parlamentar foi punido. Depois de 21 anos, um assessor parlamentar foi punido, que era o delator do esquema. Que país é esse que o delator é o único que vai para a cadeia por corrupção?”

Dallagnol disse confiar que os deputados mudariam a legislação atual para enfrentar o crime e fez uma comparação: “Hoje a senhoriinha que mantém um papagaio na gaiola é punida; agora o corrupto que desvia milhões vai acabar impune, porque luta contra o sistema, que tem uma série de brechas. Isso, sim, é papagaiada”.

Ele citou a Operação Castelo de Areia, e disse que ela poderia ter se tornado a Lava Jato, “podia ter impedido o desvio de bilhões de reais (...) existia já ampla prova indicando corrupção de funcionários públicos, corrupção de empresa”.

#### **“Agora ou nunca”**

O procurador repetiu que “mudança de governo não é caminho andado nenhum contra a corrupção”. “Não é um problema de um partido A ou B”, disse, defendendo mudanças na legislação para o combate efetivo da corrupção. “Estamos num momento de inflexão, como está não fica. Ou vai melhorar ou vai piorar”, disse.

# 10 AGO 2016

## GAZETA DO POVO

### **Corregedora do TSE quer apurar se PP e PMDB tiveram verba do petróleo**

● A corregedora-geral do TSE, ministra Maria Thereza de Assis Moura, pediu ontem que a corte investigue se o PMDB e o PP foram abastecidos com dinheiro desviado da Petrobras. Em caso de condenação, as duas siglas correm o risco de ter seus registros cassados, a exemplo do que também pode ocorrer com o PT, alvo de outros procedimentos em tramitação no tribunal.

Em ofício, ela explica que o compartilhamento de documentos da Operação Lava Jato com o TSE, autorizado pelo juiz Sergio Moro, indica que PP e PMDB foram beneficiados pelo esquema de corrupção na estatal, assim como o PT. A representação da ministra contém trechos de depoimentos em que o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa admitem que repassavam propina a quadros das duas legendas.

Gilmar Mendes elogiou a iniciativa da ministra. "Estamos fazendo um levantamento de todo esse quadro", disse.

### **Russomanno é absolvido no STF e disputa prefeitura**

● A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, por 3 votos a 2, absolver o deputado federal Celso Russomanno (PRB) da acusação de crime de peculato. Com a decisão, Russomanno, que lidera pesquisas de intenção de voto para a Prefeitura de São Paulo,

escapa do enquadramento na Lei da Ficha Limpa e fica liberado para disputar as eleições neste ano. Caso fosse confirmada sua condenação, o parlamentar poderia ficar inelegível. A decisão do Supremo foi tomada a menos de uma semana do fim do prazo para registro de candidaturas perante a Justiça Eleitoral. Agora, a expectativa entre os aliados do deputado é que o PRB faça da campanha paulista uma "prioridade máxima".

### **JUSTIÇA**

#### **MPF denuncia 15 por propina em obras do Cenpes, da Petrobras**

● O Ministério Público Federal (MPF) apresentou nova denúncia contra 15 pessoas por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no contrato para construção do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes), no Rio de Janeiro, de 2008. O contrato entre a Petrobras e o Con-

sórcio Novo Cenpes, formado pelas empreiteiras OAS, Carioca Engenharia, Schahin, Construbrase e Construcap, inicialmente de R\$ 850 milhões saltou para R\$ 1 bilhão, depois de sucessivos aditivos. O MPF informa que para que o negócio fosse fechado, executivos do Consórcio Novo Cenpes pagaram mais de R\$ 20 milhões em propinas para funcionários da Petrobras e representantes do PT, que dava sustentação política ao esquema.

10 AGO 2016

# GAZETA DO POVO

## Diretor da Criminalística usava sala para guardar armas e dinamite, afirma Gaeco

Felippe Aníbal

● O diretor-geral do Instituto de Criminalística (IC), Daniel Felipetto, mantinha uma sala na sede do órgão em Londrina como uma espécie de “depósito particular”.

Na última sexta-feira (5), o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) cumpriu mandado de busca e apreensão na repartição e encontrou malotes de ofícios com pedidos de perícias, diversas armas a serem analisadas pelo instituto e até dinamite. Há indícios de que Felipetto engaveta as solicitações de perícias, prejudicando investigações.

“Ele utilizava a sala dele como um grande depósito particular. Nós estamos checando, agora, se de fato essas perícias não eram realizadas”, disse o promotor do Gaeco, Renato de Lima Castro.

Nesta terça-feira (8), o grupo realizava diligências relacionadas ao caso, por isso, ele preferiu não revelar mais detalhes das investigações.

As dinamites encontradas durante o cumprimento do mandado de busca fizeram com que o Gaeco isolasse a sede do IC em Londrina. O prédio precisou ser evacuado e o esquadrão antibombas de Curitiba foi deslocado à cidade do norte do Paraná para recolher e apreender os explosivos. Além disso, 23 malotes de documentos e o armamento também foram recolhidos e serão analisados pelos promotores.

A investigação pode ter impacto em diversas investigações criminais, entre elas, a Operação Quadro Negro, que apura o suposto desvio de verbas que seriam destinadas à construção e reforma de escolas estaduais no Paraná.

### Ligação gravada

Em uma interceptação telefônica feita com autorização a Justiça, Felipetto pede a um servidor do IC para encaixotar perícias e colocá-las em um depósito e menciona a Operação Quadro Negro.

A gravação foi relevada pelo telejornal Paraná TV. Felipetto menciona ainda o governador Beto Richa (PSDB), o presidente da Assembleia Legislativa e o presidente do Tribunal de Contas.

10 AGO 2016

GAZETA DO POVO

# Briga judicial emperra Ligeirão Norte-Sul

Obras de R\$ 15 milhões para implantar nova linha de ônibus entre o Portão e o Santa Cândida foram concluídas em 2014, mas ninguém quer comprar os veículos

Raphael Marchiori

● Os passageiros que trafegam entre os bairros Portão e Santa Cândida — eixo onde se prevê a construção do metrô de Curitiba — poderiam aguardar a chegada do modal sobre trilhos transitando em ônibus mais confortáveis e velozes. Bastaria que o projeto de R\$ 15 milhões que está quase pronto desde 2014 fosse finalmente concluído.

Trata-se do Ligeirão Eixo Norte-Sul, cujas obras estruturais estão prontas desde 2014, mas que ainda depende da compra dos ônibus. A aquisição só não ocorre porque há uma liminar que desobriga os empresários do transporte a comprarem novos ônibus até que seja analisado o mérito de uma disputa entre eles e a prefeitura sobre a aplicação do contrato de concessão.

As obras estruturais do Ligeirão Norte-Sul foram iniciadas em abril de 2012, antes de as empresas ingressarem na Justiça. A média de idade da frota na cidade tem de ser de cinco anos e a idade máxima dos veículos não pode ultrapassar 10 anos. Mas os empresários alegam que não têm condições financeiras de fazer isso em virtude de renovações tarifárias equivocadas. A

prefeitura diz cumprir o edital e o contrato de concessão do serviço.

A atual gestão sustenta que assumiu a prefeitura com a obra do Ligeirão Norte-Sul já em andamento. A partir de janeiro de 2013, portanto, um novo cronograma de obras teria sido estabelecido para desativação e realocação de 30 estações-tubo, além do alargamento das canaletas para ultrapassagem de biarticulados, adequação de pavimento e intervenções de drenagem e iluminação.

A ampliação da capacidade do transporte coletivo no eixo entre as avenidas Sete de Setembro, João Gualberto e Paraná já havia sofrido um revés quando um grupo de moradores foi contra a ideia que o retorno do Ligeirão ocorresse na Praça do Japão. Pelo projeto inicial, um trecho no final da praça seria aberto para a passagem dos veículos.

Sem consenso, a prefeitura então desistiu dessa ideia e agora a previsão é de que o contorno seja feito no Terminal do Portão. O local, segundo Roberto Gregório, presidente da Urbs, demandará ajustes “a custos baixíssimos”. Mas essa obra e outras adequações no eixo sul serão feitas somente quando houver a liberação para a compra dos veículos, diz a Urbs.

## OUTRO LADO

### Empresas dizem que tarifa técnica não cobre custos do sistema

● Procurado pela reportagem, o Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp) informou que tem reafirmado ser a favor da renovação da frota, inclusive com a compra de novos ônibus, contanto que haja uma tarifa técnica que cubra os custos do sistema — inclusive contemplando esse tipo de investimento. Hoje, a tarifa técnica é de R\$ 3,66, segundo a Urbs.

O sindicato informou ainda que as empresas conquistaram em 2013 uma liminar judicial que as desobriga de renovar a frota e que a Justiça entendeu que era necessário esclarecer se os empresários realmente estão recebendo o justo valor pelo serviço antes de fazê-los comprar novos ônibus.

A Urbs, por sua vez, informou que recorreu dessa decisão, mas que vem desde 2013 promovendo uma série de negociações com as empresas buscando um entendimento para o assunto. “Embora não se tenha chegado a um consenso, a Urbs mantém sua disposição de negociação”, diz, em nota, a empresa da prefeitura.

R\$ 900 MIL

é o custo de aquisição de cada um dos 24 novos Ligeirões azuis necessários para ativar a linha Norte-Sul, segundo o site da Urbs. Caso entre em operação, a expectativa é de que o Ligeirão Norte-Sul amplie em 50% a capacidade de transporte no eixo, que hoje é de 170 mil passageiros por dia.

# BEMPARANÁ

# 1 0 AGO 2016

## Palestras

Acontece no dia 12 de agosto, a aula magna do segundo semestre dos cursos de pós-graduação da ABDConst. As palestras serão com o ministro do STJ, Joel Ilan Paciornik e com o professor da USP, Pierpaolo Bottini. O evento é gratuito. Inscrições no site [www.abdconst.com.br](http://www.abdconst.com.br)

## Administrativo

Será realizado em Curitiba, entre os dias 23 e 26 de agosto, o XVII Congresso Paranaense de Direito Administrativo, realizado pelo Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Informações e inscrições: [www.ipda.net.br](http://www.ipda.net.br) e (031) 3296-8331.

## Tributário

De 31/8 a 2/9/2016 acontece na sede da OAB-PR o VIII Congresso Internacional de Direito Tributário do Paraná. Mais informações: <http://direitotributariodoarana.com.br/>

## Doutrina

"O novo CPC inovou ao permitir que as partes, observadas as exigências feitas pelos incisos do caput do art. 471, escolham perito de comum acordo. Esta escolha - que o próprio CPC chama de "perícia consensual" - substitui, para todos os fins, a prova pericial que seria realizada por perito nomeado pelo magistrado (§ 3º). Também cabe às partes, neste caso, indicar desde logo, concomitantemente à escolha do perito, seus assistentes técnicos, que acompanharão a perícia a ser realizada na data e no local previamente anunciados (§ 1º). O juiz fixará o prazo para que o perito e os assistentes entreguem as conclusões de seus trabalhos (§ 2º). Não há por que negar a possibilidade de as próprias partes, com fundamento no art. 191, ajustarem calendário para a prática desta perícia".

Trecho do livro Novo Código de Processo Civil Anotado, de Cassio Scarpinella Bueno, página 316. São Paulo: Saraiva, 2015.

## Direito sumular

Súmula nº 553 do STJ- Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao Tribunal Regional Federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

## Advocacia

No dia 11 de agosto, data em que se comemora o Dia do Advogado, Milton Luiz Cleve Küster ministra aos acadêmicos de Direito da Faculdade Guarapuava a palestra "Perspectivas de um novo modelo de advocacia".

## Ética

Nos dias 16, 17 e 18 de agosto, o Teatro Positivo recebe o seminário internacional "Vamos conversar sobre ética", promovido pela Universidade Positivo (UP). No dia 16, a palestra será do empresário e fundador do Grupo Positivo, Oriovisto Guimarães; No dia 17, o convidado é o professor italiano Sérgio Casella; Dia 18, será o juiz Sérgio Moro. Informações: (41) 3317-3134 e [www.eventick.com.br/etica](http://www.eventick.com.br/etica).

## Cartórios

Cartórios extrajudiciais de todas as especialidades já podem se inscrever no Prêmio de Qualidade Total (PQTA), edição 2016, da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR). Inscrições no site [www.anoreg.org.br/pqta2016](http://www.anoreg.org.br/pqta2016) até o dia 12 de agosto.

10 AGO 2016

# TRIBUNA DO PARANÁ

# DIREITOS

# DESIGUAIS

Militares devem ficar fora do regime único de previdência, em análise pelo Planalto

Luisa Nucada  
luisa@tribunadoparana.com.br

O governo interino de Michel Temer chegou a sinalizar a busca por um regime único de previdência, aprovando estudos para um sistema com regras iguais para militares e funcionários civis, públicos e privados. No entanto, já recuou. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou na última quinta-feira (4) que a conversa com o presidente interino “caminha muito bem” e defendeu a manutenção dos critérios diferentes para civis e militares.

Apesar de não incluir os militares na proposta de unificação previdenciária que pretende encaminhar ao Congresso até o fim do ano, o Palácio do Planalto estuda ampliar de 30 para 35 anos o tempo de serviço militar para a reserva. Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, os benefícios que existiam, como a pensão para filhas de militares, “já foram extintos” e os que permaneceram “têm regime de contribuição próprios”.

O pagamento de pensões e aposentadorias a militares foi responsável por 45% do rombo na previdência dos servidores federais em 2015, ou seja, R\$ 32,5 bilhões do déficit de R\$ 72,5 bilhões. Hoje, um militar pode passar à reserva remunerada após 30 anos de serviço e o benefício sai direto do Tesouro Nacional. “Você pode, por exemplo, transferir um coronel para a reserva remunerada com 47 anos de idade. Isso tem que mudar”, afirma o consultor em previdência Renato Follador.

A alteração das regras viria em consonâncias com exemplos internacionais. Portugal, por exemplo, já aumentou o tempo dos militares das Forças Armadas de 20 para 40 anos de serviço ativo. Nos Estados Unidos, os militares têm planos de aposentadoria diferentes, com pagamentos proporcionais de acordo com o tempo passado na ativa. Follador é contrário ao regime único. “Não é adequado. Não podemos imaginar que categorias profissionais que têm responsabilidades e limitações tão diferentes possam ser tratadas num regime único”, argumenta.

**CONTINUA**

10 AGO 2016

# TRIBUNA DO PARANÁ

## CONTINUAÇÃO

### ENTENDA OS DIFERENTES BENEFÍCIOS

#### ▶ SERVIDORES MUNICIPAIS

- ▶ **Requisitos** - Homem: 60 anos de idade e 35 de contribuição / Mulher: 60 de idade e 30 de contribuição
- ▶ **Reajuste** - 10,36%, conforme lei Municipal nº 14.807/2016
- ▶ **Origem dos recursos** - Tesouro Municipal
- ▶ **Valor** - De R\$ 880 a R\$ 26,7 mil (subsídio pago ao prefeito)
- ▶ **Gasto em 2015** - R\$ 556,8 milhões em aposentadorias e R\$ 76,4 milhões em pensões
- ▶ **Beneficiários** - 10.681 aposentados e 2.265 pensionistas

#### ▶ SERVIDORES ESTADUAIS

- ▶ **Requisitos** - Professores: 35 anos de contribuição se homem e 30 se mulher; 60 anos de idade se homem e 55 se mulher; 10 anos de serviço e 5 no cargo. **Policiais Cívicos**: 30 anos de contribuição e 20 de exercício se homem, e 25 anos de contribuição e 15 de exercício, se mulher. **Policiais Militares**: 30 anos de serviço público ou 25 anos sendo 10 como músico, corneteiro, radiotelegrafista, rádio técnico de telecomunicação, de operação direta com raio ou substâncias radioativas. **Geral**: 35 anos de contribuição se homem e 30 se mulher; 60 anos de idade se homem e 55 se mulher; 10 anos de serviço público e 5 no cargo.
- ▶ **Reajuste** - De acordo com a inflação do ano anterior (INPC). Em 2015, foi de 11,28%. O reajuste do mínimo da aposentadoria acompanha o do salário mínimo, e foi de 11,6%
- ▶ **Origem dos recursos** - Tesouro Estadual
- ▶ **Valor** - De R\$ 880 a R\$ 33.763
- ▶ **Gasto em 2015** - R\$ 6,9 bilhões
- ▶ **Beneficiários** - 110.879, entre aposentados e pensionistas

#### ▶ SERVIDORES MILITARES

- ▶ **Requisitos** - Vão para reserva por tempo de serviço: 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres)
- ▶ **Reajuste** - 25,56%, em média, divididos em quatro parcelas: a primeira, de 5,56%, a partir de agosto/16
- ▶ **Origem dos recursos** - Tesouro Federal faz repasses, mas Forças Armadas administram
- ▶ **Valor** - Pode chegar a mais de R\$ 20 mil
- ▶ **Gasto em 2015** - R\$ 35,5 bilhões
- ▶ **Beneficiários** - 372 mil, dos quais 150 mil inativos, 218 mil pensionistas e 4 mil anistiados

#### ▶ CIDADÃO COMUM

- ▶ **Requisitos** - por idade: 65 para homens e 60 para mulheres (com tempo de contribuição mínimo de 15 anos); por tempo de serviço: 35 anos para homens e 30 para mulheres (com tempo efetivamente trabalhado mínimo de 15 anos)
- ▶ **Reajuste** - De acordo com a inflação do ano anterior (INPC). Em 2015, foi de 11,28%. O reajuste do mínimo da aposentadoria acompanha o do salário mínimo, e foi de 11,6%
- ▶ **Origem dos recursos** - INSS - Previdência Social
- ▶ **Valor** - De R\$ 880 a R\$ 5.189,82
- ▶ **Gasto em 2015** - R\$ 26,7 bilhões
- ▶ **Beneficiários** - 18,4 milhões de aposentados e 7,4 milhões de pensionistas

## Fundos complementares

Além de estabelecer a mesma idade mínima e o mesmo tempo de contribuição para as diferentes classes de trabalhadores, o consultor em previdência Renato Follador defende a criação de fundos complementares para os salários que ultrapassem o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

“Poderia ter dentro do setor público uma aposentadoria garantida pelos tesouros municí-

pais ou estaduais, até o teto do INSS. Até o teto, o trabalhador contribuiria com o tesouro. Acima do teto, tanto no setor privado quanto no público, o trabalhador contribuiria para um fundo complementar, com 11% da diferença entre o salário dele e os R\$ 5.189. O município ou o estado contribuiria com esse fundo com a mesma porcentagem. Assim, quando saísse da ativa, o trabalhador teria duas aposentadorias”, sugere. (LN)

CONTINUA

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## "Carga pesada"

# 10 AGO 2016

Com o recuo do governo federal quanto ao regime único, tudo indica que a reforma da previdência atinja principalmente o cidadão comum. Algumas das propostas que a equipe de Temer estuda apresentar ao Congresso Nacional são o estabelecimento da idade mínima de 65 anos e o fim da regra 85/95 para o cálculo da aposentadoria. Na prática, ficará mais difícil para o trabalhador conquistar o merecido descanso.

O cientista político e professor da Uninter e da PUCPR Luiz Domingos Costa (foto) considera que mudanças na previdência são urgentes, devido ao envelhecimento da população. Mas, em sua avaliação, a reforma está sendo proposta em uma direção questionável. "Vai dificultar muito a vida dos trabalhadores, principalmente os mais pobres. O problema é o peso da previdência do funcionalismo público de alto escalão, de juízes e militares, que têm benefícios que não têm cabimento. É uma carga muito pesada e ninguém ataca esse ponto. Vão reformar a previdência do frentista de posto, que vai se aposentar mais tarde, com mais tempo de contribuição, e não vão mexer na do desembargador", analisa. (LN)



## Diferenças de responsabilidades

O consultor Renato Follador enumera as distinções entre as categorias profissionais. A grande maioria dos servidores públicos não pode exercer outra atividade profissional, mas tem estabilidade. Já os funcionários do setor privado podem ter outros trabalhos, porém, não têm estabilidade. "Magistrados, por exemplo, não podem exercer nenhuma outra atividade. Quanto aos militares, a função desempenhada envolve periculosidade,

exigência de vigor físico e insalubridade."

Ele é favorável a uma homogeneização básica de critérios, como tempo de serviço e idade mínima. Atualmente, a idade mínima para aposentadoria no setor público é de 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher. Homens beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) podem se aposentar aos 65 anos de idade; mulheres, aos 60.

O teto da aposentadoria do

funcionalismo público municipal em Curitiba é igual ao subsídio de prefeito: R\$ 26,7 mil. Na capital, a aposentadoria dos servidores é gerida pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Já o teto das aposentadorias dos servidores estaduais, geridas pela ParanaPrevidência, é igual ao teto do funcionalismo público federal: R\$ 33,7 mil. Enquanto isso, o cidadão comum pode se aposentar recebendo no máximo R\$ 5.189. (LN)

## Filhas de militares

Em 2001, foi extinto o direito a pensão vitalícia de filhas solteiras de militares falecidos. No entanto, o benefício ainda vale para as filhas dos que já integravam as Forças Armadas naquela data. Esses militares podem contribuir com o adicional de 1,5% para manter o privilégio. Além disso, as filhas que já eram pensionistas em 2001 continuam a receber o benefício por direito adquirido. "Quanto a

isso, não tem o que fazer, tem que esperar morrer", diz Follador.

O gasto estimado com essas pensões em 2015 foi de R\$ 3,8 bilhões. De acordo com dados do Ministério da Defesa, existem 185.326 beneficiárias nas três Forças — Marinha, Exército e Aeronáutica. O número equivale a 27,7% do total de pensionistas e 36,25% do efetivo de militares. (LN)

10 AGO 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ

### PERDA

**M**orreu ontem, em Florianópolis, o advogado Edésio Passos. Deputado federal entre 1991 e 1994, Edésio era um dos fundadores do PT no Paraná. Em 1985, quando o partido enfrentava pela primeira vez eleições municipais, depois de 21 anos de ditadura militar, Edésio foi escolhido pelo PT como primeiro candidato em Curitiba. Em 2002, foi candidato ao Senado. Em paralelo com a carreira na política, foi um dos advogados mais renomados do Paraná na área trabalhista. Ajudou a fundar a Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas e o Sindicato dos Advogados do Estado do Paraná. Defendia principalmente sindicatos e trabalhadores. Desde o governo Lula, Edésio foi diretor administrativo de Itaipu Binacional, sendo mantido no cargo no governo Dilma. Para os colegas, era uma referência. O ministro Edson Fachin, do STF, afirmou que Edésio tinha 'o principal diploma que um ser humano pode levar da face dessa Terra: que é o da coerência'. Por sua participação no combate à ditadura militar, também recebeu elogios. 'Quando a maioria não tinha voz, ele era a voz destes que não podiam falar', diz Jorge Samek, diretor geral de Itaipu. 'Foi significativo ter figuras deste porte, que saíam de uma prisão, entravam em outra, mas continuavam na luta', afirma o deputado constituinte Nilton Friedrich.



# TRIBUNA DO PARANÁ

10 AGO 2016

## PLEBISCITO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, criticou na manhã de ontem a proposta da presidente afastada, Dilma Rousseff, de convocar um plebiscito sobre a antecipação de eleições. Na avaliação do presidente do TSE, caso o afastamento definitivo de Dilma seja confirmado, a solução é a confirmação de Michel Temer na Presidência da República.

## LAVA JATO

O Ministério Público Federal, em Curitiba, apresentou nova denúncia contra 15 pessoas por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no contrato para construção do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), no Rio de Janeiro, de 2008. O contrato entre a Petrobras e o Consórcio Novo Cenpes, formado pelas empreiteiras OAS, Carioca Engenharia, Schahin, Construbrase e Construcap, inicialmente de R\$ 850 milhões saltou para R\$ 1 bilhão, depois de sucessivos aditivos.

## ASSÉDIO SEXUAL

Já está no gabinete do procurador-geral da República Rodrigo Janot a representação movida na última sexta-feira, 5, contra o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) pelas deputadas do PT Erika Kokay, Margarida Salomão, Luizianne Lins e Ana Lúcia Perugini. No documento de 18 páginas, as parlamentares pedem que o Ministério Público Federal apure as suspeitas de que o pastor teria cometido os crimes de assédio sexual e estupro da jornalista e ex-militante do PSC Jovem Patrícia Lelis, de 22 anos.

10 AGO 2016

# TRIBUNA DO PARANÁ

# DILMA PERTO DA QUEDA

Presidente deve sofrer derrota no Senado. Maioria se posicionou à favor do processo de Impeachment

Catarina Scortecci

**E**mbora 34 senadores tenham aberto mão de discursar, na sessão que analisa a presidente afastada Dilma Rousseff se tornará ré no processo de impeachment, grande parte das falas dos senadores no plenário já indicam o resultado final: a petista deve sofrer uma derrota por ampla maioria. A longa sessão de ontem, no Senado ganhou ares de "cumprimento de tabela". Tanto o grupo favorável ao retorno de Dilma Rousseff à presidência da República quanto os defensores do impeachment calculavam um placar desfavorável à petista. Até as 00h30, contudo, a votação ainda não havia iniciado no plenário. Dos 47 discursos feitos pelos senadores na tribuna ao longo do dia, 28 indicavam voto contra a petista.

Para que Dilma Rousseff



Longa sessão de ontem ganhou ares de "cumprimento de tabela".

vá a julgamento por crime de responsabilidade - foco da votação desta terça-feira - são necessários ao menos 41 votos, entre os 81 senadores. Até às vésperas da votação, o Planalto trabalhava informalmente com cerca de 60 votos contra Dilma Rousseff.

Durante as manifestações, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), classificado até então como "indeciso", confirmou o voto a favor do julgamento de Dilma Rousseff, dando destaque à crise econômica e política. "Voto em função da falta de vigor transformador do governo Dilma, da incapacidade de resolver os problemas do País", discursou o peessista.

Presidida pelo presidente

do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, a sessão foi tumultuada pela manhã. À tarde, os ânimos dos senadores já estavam controlados. Do lado de fora, pouco movimento: nenhum manifestante em frente ao Congresso Nacional, ao contrário do que ocorreu na votação anterior, em maio, quando Dilma Rousseff foi afastada temporariamente.

#### RITMO DA SESSÃO

Por causa das questões de ordem, contrários ao impeachment foram chamados de "procrastinadores". Já aliados de Michel Temer tentaram acelerar o ritmo da sessão ao longo do dia.

**CONTINUA**

10 AGO 2016

## TRIBUNA DO PARANÁ CONTINUAÇÃO

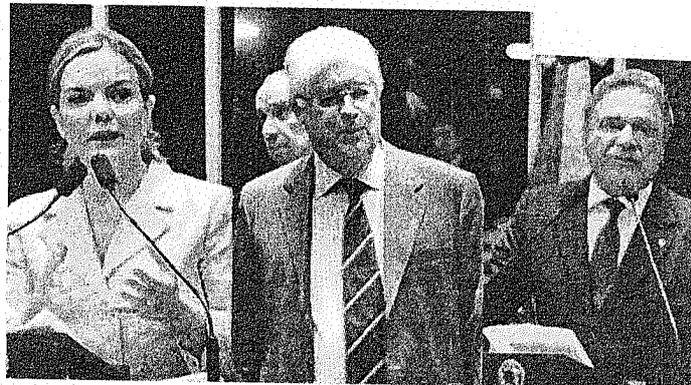
GLEISI E REQUIÃO X ÁLVARO

# Paranaenses divididos

Catarina Scortecci

Os três senadores do Paraná - Álvaro Dias (PV), Gleisi Hoffmann (PT) e Roberto Requião (PMDB) - discursaram na sessão do Senado ontem. Álvaro foi o primeiro a falar entre os paranaenses. O senador destacou a “convocação das ruas” como um “pressuposto fundamental” para a instauração do processo contra Dilma Rousseff. “Sem apelo popular, não há possibilidade de sucesso em qualquer tentativa de impeachment”, afirmou ele. Apesar de o ex-tucano defender o afastamento definitivo da petista, o senador também não está afinado com o governo Temer.

Gleisi reforçou a tese do golpe “iniciado ainda nas eleições de 2014”, quando tucanos pediram a recontagem dos votos: “Não nos estados onde os tucanos foram eleitos. Pediram a recontagem dos votos só da presidente Dilma”, ironizou ela. A paranaense também mencionou “o papel político do Tribunal de Contas da União”, a “ajuda de Eduardo Cunha” e “a participação conspiratória de Michel Te-



Os três senadores discursaram na noite de ontem.

mer” como elementos do golpe. “Como confiar em um vice que traiu sua companheira de chapa?”, alfinetou ela.

Ao final, Gleisi chamou os detratores de Dilma Rousseff de “hipócritas”, gerando protestos no plenário. “Vamos convocar eleições gerais. Qual é a moral deste Congresso Nacional para julgar a presidente?”, atacou ela.

Requião foi o último paranaense a discursar, por volta das 22 horas. O peemedebista fez um pronunciamento duro contra a cúpula do PMDB e contra a “hipocrisia” de senadores envolvidos em escândalos de corrup-

ção. “São 35 senadores citados por Marcelo Odebrecht como beneficiários de caixa dois. Se os 35 se declarassem suspeitos para votar aqui, não haveria votos suficientes para seguir com o processo de impeachment”, atacou ele.

Para o peemedebista, Dilma deve voltar ao mandato e convocar um plebiscito, para que a população decida sobre a realização de uma nova eleição. “Não vou gritar ‘fora, Temer’ ou ‘volta, querida’. Precisamos ultrapassar esta dicotomia. Quero que Dilma volte e convoque o plebiscito. Ela comandaria um governo de transição”, sugeriu ele.

10 AGO 2016

Blog do Fábio Campana –  
10/8/2016

## O dia em que a toga enterrou o 'golpe'



*Ricardo Noblat*

No futuro se dirá que no dia 9 de agosto de 2016, ao sentar-se para presidir a sessão do Senado destinada a aprovar o relatório que recomendava o julgamento da presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal, voluntária ou

**CONTINUA**

involuntariamente acabou com o discurso do “golpe” usado até então pelo PT.

É verdade que ainda por algum tempo, quando nada à falta de propostas positivas que possam outra vez seduzir parte do distinto eleitorado, o PT insistirá com a ideia de que Dilma foi derrubada por um golpe tramado pelas forças mais conservadoras do país. Mas também será verdade que esbarrará cada vez mais em gente pouca disposta a se deixar enganar.

Onde já se viu um golpe ser presidido em sua fase final pelo representante máximo da mais alta corte de Justiça? Golpe pressupõe um ato de força manifestamente ilegal. Onde já se viu um golpe onde o suposto golpeado, diretamente ou por meio das forças políticas que o apoiam, participa de todas as suas etapas, recorre à Justiça sempre que quer e tem seu direito de defesa assegurado?

**CONTINUAÇÃO**

**10 AGO 2016**

Um golpe televisionado durante longos meses e acompanhado por quem quis? Um golpe pontuado por manifestações de ruas a favor e contra que não produziram uma morte sequer, nem mesmo um só ferido? Manifestações garantidas por tropas da polícia e da Força Nacional que não dispararam um único tiro? Enfim, um golpe previsto e regulado pela Constituição?

Por ignorância ou má fé, vozes importantes no exterior engoliram a narrativa do golpe construída pelo PT para explicar o fim dos seus 14 anos de poder. Mas o que elas dirão a partir de amanhã? Que a toga de Lewandowski, ministro do Supremo que deve sua indicação a Lula, rendeu-se à força do golpe? Que o país, distraído pelos Jogos Olímpicos, mal se deu conta do que se passava?

O PT respira aliviado com o desfecho próximo do impeachment. Imagine o peso de sustentar um governo

**CONTINUA**

**CONTINUAÇÃO**

**10 AGO 2016**

desastroso como o de Dilma por mais dois anos e pouco... A própria Dilma, a essa altura, já respira aliviada. Como conseguiria governar carente de apoio no Congresso? Há meses que ela finge lutar por seu mandato enquanto esvazia dos seus pertences o palácio que habita.

A História não absolverá Dilma. Nem Lula. Nem o PT. Lula já é objeto da Justiça. Dilma será. Restará ao PT reinventar-se se for capaz.